



Nº 16 - 06/08/2014

**ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DE DOIS MIL E CATORZE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-
NOVO, DO MANDATO 2013/2017,
REALIZADA NO DIA SEIS DE AGOSTO DE
DOIS MIL E CATORZE**

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e catorze, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a décima sexta reunião de dois mil e catorze da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Susana Raquel Vicente Mendes, comigo, Maria José Mira Imaginário, Assistente Técnica.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pela senhora Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

Seguidamente, o Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela senhora Presidente:

1.ADMINISTRAÇÃO URBANISTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO E REQUERIMENTOS

2.OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A)EMPREITADA DE “PISTA DE ATLETISMO – PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL – 2ª FASE” – ERROS E OMISSÕES

B)EMPREITADA DE “CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ETAR DE S. CRISTÓVÃO” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

3.ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A)ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS ATÉ 31 DE JULHO DE 2014

B)PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO – FESTA OFICIAL COCA-COLA

C)PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO – CAFÉ CENTRAL- LAVRE

4.AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A)PROPOSTA DE ACORDOS COLABORAÇÃO/PRÉ-ESCOLAR 2013/2014

B)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – REFEIÇÕES ESCOLARES ANO LETIVO 2013-14 (3º PERÍODO) – PAGAMENTO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRA. VILA, BISPO E SILVEIRAS – REFEITÓRIO DE ESCOLAR DE SILVEIRAS

C)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – REFEIÇÕES ESCOLARES ANO LETIVO 2013-14 (3º PERÍODO) – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CABRELA

D)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – SUPLEMENTOS ALIMENTARES/ALUNOS CARENCIADOS – PAGAMENTO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº1 DE MONTEMOR-O-NOVO – MESES DE ABRIL E MAIO

E)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - LANCHES ESCOLARES/2º PERÍODO/ANO LETIVO 2013/14 – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO

F)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 6 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE

[Handwritten signatures]

5. CULTURA DESPORTO E JUVENTUDE

- A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RANCHO FOLCLÓRICO DE CORTIÇADAS DE LAVRE – APOIO PARA DESLOCAÇÃO AO RABAÇAL - PENELA
- B) PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM O GRUPO ESTRELA ESCOURALENSE
- C) PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO FUTURO DE LAVRE
- D) PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CIBORRO
- E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO E ADIANTAMENTO – “ALTERNARTE” – ASSOCIAÇÃO CULTURAL – APOIO PARA FESTIVAL MONTECOREFEST
- F) PROTOCOLO DE ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO – PAGAMENTO DA 3ª TRANCHE – ÉPOCA 2013/2014
- G) PROTOCOLO DE ESCOLAS DE MODALIDADE – PAGAMENTO DA 3ª TRANCHE – ÉPOCA 2013/2014
- H) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – GRUPO MOTARD COM ALMA – APOIO PARA III ENCONTRO

6. ÁREA JURÍDICA E DE PESSOAL

- A) PROPOSTA DE RECRUTAMENTO / DECISÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL A TEMPO DETERMINADO / 1 ASSISTENTE OPERACIONAL (DESPORTO)
- B) PROCEDIMENTO CONCURSAL / TÉCNICO SUPERIOR (EDUCADOR DE INFÂNCIA) – PRORROGAÇÃO DE PRAZO
- C) CONTRATO DE TRABALHO A TERMO RESOLUTIVO CERTO – JOSÉ PEDRO NOGUEIRA DOS SANTOS/JOÃO PAULO FRETES FREIXO – RENOVAÇÃO PELO PERÍODO DE UM ANO
- D) PRÉDIO URBANO / ALIENAÇÃO / DIREITO DE PREFERÊNCIA

7. PROPOSTAS DE ATAS Nº14 DE 09/07/14 E Nº15 DE 23/07/14

8. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIOS

Período de antes da Ordem do Dia

Apresentação de livro

Interveio o senhor Vereador João Marques, a informar que integrada nas festas de Lavre, que decorreram durante o último fim-de-semana de julho, teve lugar a apresentação do mais recente livro da historiadora Teresa Fonseca, intitulado “Lavre: oito séculos de história”, uma obra que relata o que de mais importante se passou naquela antiga sede de concelho ao longo de oitocentos anos.

Ainda o senhor vereador João Marques frisou o apoio prestado pela Câmara Municipal, sublinhando a importância de livros desta natureza que marcam um registo para as gerações futuras.

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A)PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS DIVERSOS

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a senhora Vereadora Palmira Catarro submeteu à consideração do executivo os seguintes processos:

Processo de Licenciamento

De: HERDADES DO CARAPETAL E ZAMBUJAL, requerendo aprovação do projeto de legalização de alterações efetuadas no decorrer da obra de remodelação e ampliação de um edifício de habitação e apoio à atividade agrícola no prédio rústico denominado Herdade do Zambujal, freguesia de Santiago do Escoural, tendo como técnico responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia.

Data de entrada do requerimento: 11/11/2011

(Foi enviado para audiência prévia em 23/10/2013, tendo o requerente se pronunciado em 11/11/2013)

Tem parecer da G.U. e da CCDRA

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer dos serviços.

De: MARIA MANUELA BAÇÃO LEITÃO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura para a obra de instalação de parque de campismo rural no prédio rústico denominado “Burrisca”, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como responsável João de Deus Pereira Cunha Galvão, Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia.

Data de entrada do requerimento: 16/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer dos serviços.

De: OFICINAS DO CONVENTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTE E COMUNICAÇÃO, requerendo aprovação dos projetos de arquitetura, acessibilidades, estabilidade, rede de águas, rede de águas pluviais, rede de esgotos, instalações elétricas e ITED referentes à obra de reabilitação/ampliação de edifício sito em Rua Pelágio Peres - Bairro de S. Pedro (lavadouros públicos), União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Nuno Duarte Salsinha Serra Grenha, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 16/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer dos serviços.

De: OFICINAS DO CONVENTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTE E COMUNICAÇÃO, requerendo aprovação dos projetos de arquitetura, rede de águas, rede de águas pluviais, segurança contra incêndios e instalações elétricas e licenciamento da obra de construção de um telheiro e vedação no Bairro de S. Pedro – Encosta do Castelo, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Nuno Duarte Salsinha Serra Grenha, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 16/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer dos serviços.

De: RITA CRISTINA PIRES CAVACO ANTUNES DUARTE, requerendo aprovação do projeto de arquitetura, referente à obra de construção de estufa e armazém de apoio a levar a

efeito no prédio denominado “Courela da Oliveira”, União das Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, tendo como técnico responsável Nélia Alexandra Gaspar Filipe, arquiteta.

Data de entrada do requerimento: 13/06/2014 e 28/07/2014

Tem parecer da G.U e do Serviço de Ambiente.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com o parecer dos serviços.

Requerimentos diversos

De: URBIMOR – CONSTRUÇÕES LD^a, requerendo o cancelamento da garantia bancária para execução das obras de urbanização do Loteamento do Olival à Horta das Bacias, na UOPG 12, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 25/03/2014

(Foi enviado para audiência prévia em 22/04/2014, não se tendo o requerente pronunciado)

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indeferir o requerimento apresentado de acordo com o parecer dos serviços.

De: HERDEIROS DE MARIA JOAQUINA IRIA, requerendo certidão de destaque de parcela de terreno sita na Rua Esquerda em S. Geraldo, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 21/05/2014 e 21/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

De: JOAQUINA MARIA NARIGUETA LOURENÇO, requerendo anexação de dois prédios urbanos sitos na Rua de Aviz, n.ºs 102 e 104, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 10/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

De: COMISSÃO DE FESTAS DE S. CRISTÓVÃO, requerendo isenção de taxas referentes ao licenciamento zero (comunicação prévia com prazo) para instalação de estabelecimento de restauração e bebidas no Campo Desportivo de S. Cristóvão, freguesia de S. Cristóvão.

Data de entrada do requerimento: 07/07/2014

(Foi enviado para audiência prévia em 10/07/2014, tendo o requerente se pronunciado em 18/07/2014)

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a isenção de taxas, de acordo com o parecer dos serviços.

De: RANCHO FOLCLÓRICO E ETNOGRÁFICO DE MONTEMOR-O-NOVO, requerendo isenção de taxas referentes à obra de alteração de edifício sito na Rua de S. Domingos, n.º 15 e Largo Prof. Dr. Banha de Andrade, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 23/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a isenção de taxas, de acordo com o parecer dos serviços.

De: OFICINAS DO CONVENTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTE E COMUNICAÇÃO, requerendo isenção de taxas referentes à obra de reabilitação/ampliação de edifício sito em Rua Pelágio Peres – Bairro de S. Pedro (lavadouros públicos), União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 16/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a isenção de taxas, de acordo com o parecer dos serviços.

De: OFICINAS DO CONVENTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ARTE E COMUNICAÇÃO, requerendo isenção de taxas referentes à obra de construção de telheiro e vedação no Bairro de S. Pedro – Encosta do Castelo, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 16/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a isenção de taxas, de acordo com o parecer dos serviços.

De: LEONEL JOSÉ CALÇÃO e OUTROS, requerendo emissão de alvará de loteamento para o prédio denominado “Silveiras”, sito em Silveiras, União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 17/07/2014

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com o parecer dos serviços.

2.OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A)EMPREITADA DE “PISTA DE ATLETISMO – PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL – 2ª FASE” – ERROS E OMISSÕES

Seguidamente fazendo uso da palavra o senhor Vereador António Pinetra submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“Junto se anexa a resposta da equipa projetista aos erros e omissões, submetendo-se à aprovação em Reunião de Câmara.

Anexos:

- Resposta a Erros e omissões;*
- Nota justificativa;*
- Orçamento revisto;*
- Resumo orçamental;*
- Desenho n.º 04A Planimetria 1/500;*
- Desenho n.º 06A Pormenorização 1/50;*
- Desenho n.º 07A Pormenorização 1/50;*
- Desenho n.º 08A Drenagem 1/500.”*

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, referente à empreitada mencionada em epígrafe.

B)EMPREITADA DE “CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ETAR DE S. CRISTÓVÃO” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador António Pinetra apresentou a seguinte proposta:

“O Consórcio CIPRIANO PEREIRA DE CARVALHO & FILHOS, LDA. / OMS - TRATAMENTO DE ÁGUAS, LDA., apresentou o Cálculo do Valor da Revisão de Preços n.º 5, relativo à Construção Civil, da empreitada em epígrafe (quadros resumo em anexo), que se traduz num total de -1.926,16€ (menos mil novecentos e vinte e seis euros e dezasseis cêntimos).

Revisão de Preços nº05 – Construção Civil _____ 26.162,93€

Valor anteriormente faturado (RP nº01 – Construção Civil) _____ 28.089,09€

Total – 1.926,16€

-1.926,16€

Após análise deste cálculo, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de Janeiro, propõe-se à Reunião de Câmara a aprovação do valor indicado.

Ao valor indicado acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Foram cumpridas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Anexos: Quadros de cálculo (8 fls.)”

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

3. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS ATÉ 31 DE JULHO DE 2014

“De acordo com a delegação de competências da Câmara Municipal na Sr.ª Presidente, nomeadamente a alínea d) do nº 33. 1, ao abrigo do art.º 34º da Lei nº 75/2013 de 12/09, junto se anexam as Modificações Orçamentais nº 21 a 27, registadas até 31/Julho/2014, para conhecimento.

À consideração superior”,

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

A Câmara Municipal tomou conhecimento do documento apresentado.

B) PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO – FESTA OFICIAL COCA-COLA

Interveio de novo a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Em 10 de Julho do corrente, José Manuel Piteira Simões, contribuinte n.º 169413578, através do requerimento n.º 18326/14, solicitou alargamento de horário de funcionamento do estabelecimento sito na Rua Curvo Semedo n.º 49 em Montemor-o-Novo, até às 04:00h no dia 27 de Julho, para realização de “FESTA OFICIAL COCA-COLA”.

Informo que de acordo com a alínea b) artigo 3.º e ponto 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de maio na nova redação, republicado no anexo V do decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de Abril do qual faz parte integrante, a Câmara Municipal pode alargar os limites fixados para os horários de funcionamento.

Compete à Câmara (Órgão Executivo) pronunciar-se sobre o alargamento do horário pretendido.

Submete-se o assunto à apreciação superior.”

O documento tem o seguinte despacho proferido pela senhora Presidente: *“Aprovado. Apresente-se a reunião de Câmara para ratificação.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, ratificar a proposta apresentada.

C) PEDIDO DE ALARGAMENTO HORÁRIO – CAFÉ CENTRAL- LAVRE

Retomou a palavra a senhora Presidente para apresentar a seguinte proposta:

“Foi apresentado nestes serviços via correio eletrónico dia 09/07/2014, pedido de alargamento de horário para o café Central sito na Rua Dr. Miguel Bombarda n.º 58 em Lavre, por ocasião do XVI Festival de Lavre nos dias 25, 26, 27 e 28 julho 2014, entre as 24:00h e as 06:00h, no dia 27 de Julho.

Após análise e por se tratar de um alargamento, verificou-se que o pedido não estava preciso, e após troca de correspondência, só hoje dia 23/07/2014, foi possível aferir o mesmo.

Pelo atrás exposto cumpre-me informar o seguinte:

- O estabelecimento tem horário de funcionamento das 09:00 às 24:00h.

- Comunicou (licenciamento zero) que na sexta-feira (dia 25) terá abertura às 10:00h e encerramento à 01:00h.

No sábado (dia 26) tem abertura às 10:30h e encerramento às 02:00h (licenciamento zero).

- O alargamento pretendido será entre as 02:00h e as 06:00h no dia 27 julho do corrente.

- Comunica que no domingo (dia 27) tem abertura às 11:00h e encerramento às 00:00h.

Informo que de acordo com a alínea b) artigo 3.º e ponto 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de maio na nova redação, republicado no anexo V do decreto-lei n.º 48/2011 de 1 de abril do qual faz parte integrante, a Câmara Municipal pode alargar os limites fixados para os horários de funcionamento.

Compete à Câmara Municipal (Órgão Executivo) pronunciar-se sobre o alargamento do horário pretendido.

Submete-se o assunto à apreciação superior.”

O documento tem o seguinte despacho proferido pela senhora Presidente: *“Aprovado. Apresente-se a reunião de Câmara para ratificação.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista, ratificar a proposta apresentada.

4. AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO

A) PROPOSTA DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO/PRÉ-ESCOLAR 2013/2014

Usou da palavra o senhor Vereador João Marques para submeter à consideração do executivo a seguinte proposta:

“No âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar e, de acordo com os princípios consagrados na Lei nº5/97, de 10 de Fevereiro (Lei Quadro da Educação Pré-Escolar), no Dec-Lei nº 147/97, de 11 de Junho, e no Protocolo de Cooperação celebrado em 28 de Julho de 1998, entre o Ministério de Educação, Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, junto anexamos para Deliberação de Câmara, o Acordo de Colaboração a vigorar no ano letivo 2013/2014.

De referir que temos afetas 10 auxiliares de ação educativa nos jardins de infância do concelho.

Anexos: Acordo de Colaboração Pré-Escolar para o Ano Letivo 2013/14.”

Os referidos anexos foram rubricados por todos os elementos da reunião o qual nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

B) PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – REFEIÇÕES ESCOLARES ANO LETIVO 2013-14 (3º PERÍODO) – PAGAMENTO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE Nª SRA. VILA, BISPO E SILVEIRAS – REFEITÓRIO ESCOLAR DE SILVEIRAS

Interveio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para o ano de 2014, para as Juntas de Freguesia, aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/13 e Assembleia Municipal de

27/12/13, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à União de Freguesias de Nª Sra. da Vila, Bispo e das Silveiras das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar das Silveiras relativo ao 3º Período do Ano Letivo 2013/2014:

☐ União de Freguesias de Nª Sra. da Vila, Bispo e Silveiras

3º Período – Refeitório das Silveiras

Valor a Pagar..... 514,63 Euros.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

C)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – REFEIÇÕES ESCOLARES ANO LETIVO 2013-14 (3º PERÍODO) – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE CABRELA

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a seguinte proposta:

“De acordo com o Protocolo de Descentralização de Competências para o ano de 2014, para as Juntas de Freguesia, aprovado em Reunião de Câmara de 17/12/13 e Assembleia Municipal de 27/12/13, propõe-se em conformidade com a alínea l) do artº 2º e nas condições constantes do Anexo IV (Ponto 1, alínea b), o pagamento à Junta de Freguesia de Cabrela das verbas correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de refeições no Refeitório Escolar de Cabrela relativo ao 3º Período do Ano Letivo 2013/2014:

☐ Junta de Freguesia de Cabrela

3º Período

Valor a Pagar..... 550,08 Euros”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

D)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 – SUPLEMENTOS ALIMENTARES / ALUNOS CARENCIADOS – PAGAMENTO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº1 DE MONTEMOR-O-NOVO – MESES DE ABRIL E MAIO

Interveio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Tendo em consideração que 4 alunos integrados no escalão A e no escalão B de capitação que frequentaram no ano letivo 2013-14, o 3º/4º ano nas EB nº1, nº2 e nº3 de Montemor-o-Novo necessitaram de suplemento alimentar, este foi disponibilizado pelo Bufete Escolar da EB S. João de Deus.

O valor dos suplementos alimentares deverá ser pago ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, com sede na Escola Secundária de Montemor-o-Novo, com o seguinte número de contribuinte: 600 080 277.

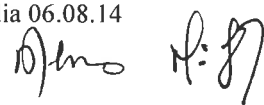
O valor total da verba é de 47,90 € (quarenta e sete euros e noventa cêntimos) correspondente ao suplemento alimentar servido aos 4 alunos nos meses de março, abril e maio de 2014.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

E)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 2 - LANCHES ESCOLARES/2º PERÍODO/ANO LETIVO 2013/14 – PAGAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. CRISTÓVÃO

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“De acordo com o Protocolo aprovado pelo executivo camarário a 13 de setembro de 2013 que visa viabilizar o acesso a lanches escolares para o ano letivo 2013-14 aos alunos da freguesia de S. Cristóvão, solicita-se o pagamento à Junta de Freguesia de S. Cristóvão das verbas



correspondentes à participação da Autarquia pelo fornecimento de lanches, relativos ao 2º Período do Ano Letivo 2013/2014:

□ Junta de Freguesia de S. Cristóvão

2º Período

Valor a Pagar..... 221,40 Euros”.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

F)PROGRAMA MOR SOLIDÁRIO EIXO 6 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE

Interveio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a seguinte proposta:

“No âmbito do Programa Integrado de Apoio Social, nomeadamente do eixo 6, informa-se que existe um processo completo de um requerente de Cartão Social do Município. Após análise do processo conclui-se que o mesmo se encontra dentro dos parâmetros do Escalão A (até 197,55€ = Pensão Social).

Assim, submete-se à aprovação superior o processo abaixo identificado, que se encontra disponível no Gabinete da DASSE para consulta.”

<i>Identificação da Requerente</i>	<i>Rendimento Mensal Per Capita</i>	<i>Escalão</i>	<i>NIF</i>
<i>Sandra Cristina Sabino Safaneta</i>	<i>40.82€</i>	<i>A</i>	<i>226 306 836</i>

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

5. CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

A)PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – RANCHO FOLCLÓRICO DE CORTIÇADAS DE LAVRE – APOIO PARA DESLOCAÇÃO AO RABAÇAL - PENELA

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

“Na sequência do pedido efetuado pelo Rancho Folclórico de Cortiçadas de Lavre, solicitando apoio para uma deslocação com duração superior a 9 horas ao Rabaçal - Penela para a realização de um atuação, relativa a um intercâmbio, o qual o Município de Montemor-o-Novo não pode assumir, a referida Associação, alugou um autocarro pelo valor de 500,00€, para cumprir com os compromissos anteriormente assumidos.

No âmbito do artigo 59º, do Capítulo X do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos Legalmente existente, e a atividades de Interesse Municipal) publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propomos a concessão de um subsídio ao Rancho Folclórico de Cortiçadas de Lavre para apoio a esta deslocação, no valor de 375,00€ (trezentos e setenta e cinco euros), referentes a 75% da despesa efetuada, para deslocações com duração superior a 9 horas ou distâncias superiores a 700Km, nos termos do art.º 59º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovados na reunião de Câmara de 23 de Fevereiro de 2011, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis e atribuição do respetivo número de compromisso.

Em cumprimento com os limites anuais estipulados, informa-se que este é o primeiro apoio solicitado pela entidade supracitada no ano de 2014.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

B)PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM O GRUPO ESTRELA ESCOURALENSE

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Considerando a importância da Atividade que o Grupo Estrela Escouralense desenvolve em prol da promoção e desenvolvimento da atividade física e desportiva, com a realização das obras de modernização do Parque Desportivo de Santiago do Escoural, não só responde a uma necessidade urgente de manutenção, mas também permitirá responder com melhor qualidade às várias atividades que desenvolve e apoia.

Tendo em conta as variadas formas de apoio que o Município atribui e considerando a aprovação do pedido de apoio, submetido pelo Grupo Estrela Escouralense, para a modernização do Parque Desportivo do Escoural, nomeadamente colocação de relva sintética no recinto de jogo e instalação de parque de equipamentos geriátricos, no âmbito do PRODER – Sub-Programa 3 (Aviso n.º3, Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a População Rural, solicita-se autorização para a DAGF, proceder à respetiva cabimentação, para posterior aprovação pelo executivo da proposta de protocolo em anexo, efetuada ao abrigo do Art.º 40 do Capítulo VI, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Sem Fins Lucrativos.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

C) PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO FUTURO DE LAVRE

Interveio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Na sequência do contrato de parceria celebrado entre a Casa do Povo de Lavre, a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Futuro de Lavre, a Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, o Centro Social e Paroquial de Santo António, a Associação de Jovens de Lavre, o Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia de Lavre e o Município de Montemor-o-Novo, para apresentação da candidatura ao PRODER, para a modernização do Complexo Desportivo da Amoreira, e considerando a importância das atividades que as mesmas desenvolvem, em prol da promoção e desenvolvimento da atividade física e desportiva, a realização desta obra, não só responde a uma necessidade urgente de manutenção da instalação existente, mas também dar uma resposta de melhor qualidade às várias atividades que desenvolvem e apoiam.

Tendo em conta as variadas formas de apoio que o Município atribui e considerando a aprovação do referido pedido de apoio, para a modernização do Complexo Desportivo da Amoreira, nomeadamente colocação de relva sintética no recinto de jogo e instalação de equipamentos geriátricos, no âmbito do PRODER – Sub-Programa Dinamização das Zonas Rurais, Ação – Serviços básicos para a População Rural, solicita-se autorização para a DAGF, proceder à respetiva cabimentação, dos valores da comparticipação do município, previstos na proposta de protocolo em anexo, a celebrar com a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Futuro de Lavre, elaborada ao abrigo do Art.º 40 do Capítulo VI, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Sem Fins Lucrativos.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

D) PROPOSTA DE PROTOCOLO PRODER COM A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CIBORRO

Retomou a palavra o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Na sequência do contrato de parceria celebrado entre o Valenças Sport Club, a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Caborro, a Casa de Cultura e Recreio do Caborro, o Centro Social e Paroquial do Caborro, o Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo, a Junta de Freguesia do Caborro e o Município de Montemor-o-Novo, para apresentação da candidatura ao PRODER, para a modernização do Campo D. Manuel I, e considerando a importância das

atividades que as mesmas desenvolvem, em prol da promoção e desenvolvimento da atividade física e desportiva, a realização desta obra, não só responde a uma necessidade urgente de manutenção da instalação existente, mas também dar uma resposta de melhor qualidade às várias atividades que desenvolvem e apoiam.

Tendo em conta as variadas formas de apoio que o Município atribui e considerando a aprovação do referido pedido de apoio, para a modernização do Campo D. Manuel I, nomeadamente colocação de relva sintética no recinto de jogo e instalação de equipamentos geriátricos, no âmbito do PRODER – Sub-Programa Dinamização das Zonas Rurais, Ação – Serviços Básicos para a População Rural, solicita-se autorização para a DAGF, proceder à respetiva cabimentação, dos valores da comparticipação do município, previstos na proposta de protocolo em anexo, a celebrar com a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Caborro, elaborada ao abrigo do Art.º 40 do Capítulo VI, do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Sem Fins Lucrativos.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

E) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO EXTRAORDINÁRIO E ADIANTAMENTO – “ALTERNARTE” – ASSOCIAÇÃO CULTURAL – APOIO PARA FESTIVAL MONTECOREFEST

Intervio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“A Alternarte - Associação Cultural, sediada em Montemor-o-Novo, organizou - com a colaboração do Município - nos passados dias 9 e 10 de Maio'14 o Festival Montecore Fest, no Parque de Exposições Mercados e Feiras, dedicado à música Punk, Hardcore e Metal, onde atuaram cerca de 13 bandas, abrangendo um total de 400 participantes/espectadores por dia e cuja despesa final realizada pela associação foi de 5 094,99€.

Assim, propõe-se a atribuição de um subsídio extraordinário à Alternarte - Associação Cultural (NIF 510 799 957), para apoio à iniciativa, no valor de 3 800,00€ (três mil e oitocentos euros), referentes a aproximadamente 75% da despesa realizada, no âmbito do artigo 37º, do Capítulo V do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos Legalmente existente, e a atividades de Interesse Municipal) publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes.”

Ainda em relação a esta proposta o senhor Vereador Olímpio Galvão deixou um alerta, para que a Câmara fosse mais rigorosa e atenta à legalidade destas Associações, visto serem recentes, nomeadamente acompanhar a sua formação, as contas, atas, etc.

Em resposta a senhora Presidente disse que, foram confirmados todos os documentos exigidos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

F) PROTOCOLO DE ESCOLAS E ESCOLINHAS DE DESPORTO – PAGAMENTO DA 3ª TRANCHE – ÉPOCA 2013/2014

Intervio novamente o senhor Vereador João Marques para apresentar a seguinte proposta:

Escolas de Escolinhas				
Clube	Total Subsidio (Abr.. a Jun.)	Adiantado (Abr. a Jun)	Pago	Valor a Comprometer e a pagar
Atlético Clube de Montemor	1.175,00€	510,00€-Cabim. N° 1353	Sim	665,00€
Grupo União Sport	750,00€ 750,00€	750,00€-Cabim. N° 1354	Sim	00,00€

<i>Rugby Clube de Montemor</i>	810,00€	510,00€-Cabim. N° 1355	Sim	00,00€
<i>Casa do Povo de Lavre</i>	510,00€	510,00€-Cabim. N° 1356	Sim	00,00€
<i>Clube de Ténis</i>	3.960,00€	3 150,00€-Cabim. N° 1357	Sim	810,00€
<i>Ass. Pais "Saber Crescer"</i>	540,00€	540,00€-Cabim. N° 1358	Sim	00,00€
<i>Ass. EBI de Pais Foros V. Figueira</i>	270,00€	270,00€-Cabim. N° 1359	Sim	00,00€
<i>Casa João Cidade</i>	1.052,50€	810,00€-Cabim. N° 1360	Sim	242,50€
<i>Valenças Sport Clube</i>	540,00€	540,00€-Cabim. N°1361	Sim	00,00€
<i>Assoc. Jovens Cort. De Lavre</i>	160,00€	160,00€-Cabim. N°1362	Sim	00,00€

“A atribuição deste subsídio está em conformidade com o protocolo em vigor para as Escolas e Escolinhas de Desporto, com a introdução de novos apoios e atualização de alguns valores aprovados em Reunião de Câmara de 3 de Abril/13.

Em anexo, seguem mapas justificativos dos cálculos das verbas a atribuir no período de Abril a Junho/14.

Informamos também que foram efetuados alguns adiantamentos mensais, de acordo com a Cláusula 11ª do Protocolo, cujos valores estão demonstrados no quadro anterior.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

G)PROTOCOLO DE ESCOLAS DE MODALIDADE – PAGAMENTO DA 3ª TRANCHE – ÉPOCA 2013/2014

Interveio de novo o senhor Vereador João Marques submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

<i>Escolas de Escolinhas</i>				
<i>Clube</i>	<i>Total Subsídio (Abr.. a Jun.)</i>	<i>Adiantado (Abr. a Jun)</i>	<i>Pago</i>	<i>Valor a Comprometer e a pagar</i>
<i>Rugby Clube de Montemor</i>	2.457,00€	2.457,00€-Cabim. N° 1344	Sim	00,00€
<i>Grupo União Sport</i>	2.146,00€	2.849,00€-Cabim. N° 1345	Sim	00,00€
<i>Ass. Humanitária B.V. Montemor</i>	345,60€	345,60€-Cabim. N° 1346	Sim	00,00€
<i>Casa do Povo de Lavre</i>	560,00€	840,00€-Cabim. N° 1347	Sim	00,00€
<i>Ass. Jovens de Cort. de Lavre</i>	442,80,€	442,80€-Cabim. N° 1348	Sim	00,00€
<i>Atlético Clube de Montemor</i>	1.818,00€	1.818,00€-Cabim. N° 1349	Sim	00,00€

<i>Almansor Futebol Clube</i>	<i>2.897,80€</i>	<i>1.558,80€-Cabim. N° 1350</i>	<i>Sim</i>	<i>1.339,00€</i>
<i>Clube de Ténis</i>	<i>1.449,20€</i>	<i>1.398,00€-Cabim. N° 1351</i>	<i>Sim</i>	<i>51,20€</i>
<i>Valenças Sport Clube</i>	<i>327,60€</i>	<i>327,60€-Cabim. N° 1352</i>	<i>Sim</i>	<i>00,00€</i>

“A atribuição deste subsídio está em conformidade com o protocolo em vigor para as Escolas de Modalidade, com a introdução de novos apoios e atualização de alguns valores aprovados em Reunião de Câmara de 3 de Abril/13.

Em anexo, seguem mapas justificativos dos cálculos das verbas a atribuir no período de Abril a Junho/14.

Informamos também que foram efetuados alguns adiantamentos mensais, de acordo com a Cláusula 11ª do Protocolo, cujos valores estão demonstrados no quadro anterior.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

H) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO – GRUPO MOTARD COM ALMA – APOIO PARA III ENCONTRO

Ainda o senhor Vereador João Marques submeteu à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de Novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se a atribuição de um subsídio ao Grupo Motard Com Alma, para apoio à organização do “III Encontro Motard”, que se realizou nos passados dias 17 e 18 de maio.

Assim, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor global de 1.074,70 Euros (Mil e Setenta e Quatro Euros e Setenta Cêntimos), tendo como critério base 30% do orçamento global num limite máximo de 1.200,00 € para eventos Regionais, nos termos da alínea b) do art.º 23º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado na Reunião de Câmara de 23 de Fevereiro/ 11.

Cálculos efetuados:

- Apoio em 30% do orçamento global, no valor de 1.074,70 Euros;

. Orçamento Global: 3.582,32,00 €

. Apoio 30%: 1.074,70 €.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

6. ÁREA JURIDICA E DE PESSOAL

A) PROPOSTA DE RECRUTAMENTO / DECISÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL A TEMPO DETERMINADO / 1 ASSISTENTE OPERACIONAL (DESPORTO)

Retomou a palavra a senhora Presidente apresentando a seguinte proposta:

“Da Divisão de Cultura, Desporto e Juventude, recebemos a proposta de recrutamento que consta do documento anexo: comunicação n.º 5271/2014, daquela Divisão.

A proposta em causa foi apreciada e mereceu despacho de concordância do Sr. Vereador João Marques e da Sra. Presidente da Câmara.

É, portanto, em cumprimento dessa determinação, que se informa, o seguinte:

1. A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014), estabeleceu um conjunto de regras em matéria de controlo de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, determinando no seu art.º 64º, o seguinte:

Artigo 64.º

Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais

1 — As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente o requisito enunciado nas alíneas b), d), e e) do n.º 2 do artigo 48.º e os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

3 — A homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.

4 — São nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, sendo aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 48.º, havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

5 — O disposto no presente artigo não prejudica o disposto no artigo seguinte, que constitui norma especial para autarquias locais abrangidas pelo respetivo âmbito de aplicação1.

6 — O disposto no presente artigo é diretamente aplicável às autarquias locais das regiões autónomas.

7 — Até ao final do mês seguinte ao do termo de cada trimestre, as autarquias locais informam a DGAL do número de trabalhadores recrutados nos termos do presente artigo.

8 — O disposto no presente artigo tem carácter excecional e prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, contrárias.

9 — O disposto no presente artigo aplica-se, como medida de estabilidade orçamental, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º, no n.º 1 do artigo 4.º e no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, conjugados com o disposto no artigo 86.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

2. Por outro lado, é o seguinte o teor das alíneas b), d), e e) do n.º 2 do artigo 48º. Da mesma Lei do Orçamento do Estado, e referidas no nº. 2. do artigo precedente:

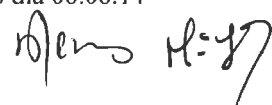
b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação Jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro;

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior;

3. Ora, aplicando aquelas normas legais ao caso concreto em apreço, verificamos que:

1º. — Quanto aos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do n.º. 2. do artº. 64º.:



- ☐ O mapa de pessoal aprovado corresponde à previsão das necessidades de recursos humanos para o ano em curso e contempla o lugar cujo recrutamento agora é proposto;
- ☐ Este recrutamento visa suprir carências de recursos humanos, num domínio reputado de essencial pelo serviço proponente para a prestação de serviço público que nos incumbe realizar, juízo esse a confirmar pelos órgãos decisores a quem a lei outorga tal competência;
- ☐ Os encargos com a realização desta contratação, encontram-se previstos e estão cobertos pelas correspondentes dotações do orçamento em vigor, oportunamente aprovado pelos órgãos competentes do município;

2º. - Quanto aos requisitos previstos nas alíneas b), d) e e) do n.º 2. do art.º 48º:

- ☐ O recrutamento iniciar-se-á segundo a ordem de prioridades legalmente estabelecida, relacionada com a pré-existência ou não de vínculos jurídico-laborais de natureza pública, bem como com a existência de trabalhadores em situação de mobilidade geral ou especial, que possam preencher as necessidades identificadas – cf. alínea b), referida;
- ☐ Mostram-se integralmente cumpridos os deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de Novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012 – cf. alínea d), referida;
- ☐ O município cumpriu as metas de redução de pessoal estabelecidas por lei, pelo que se mostra também preenchido o requisito respeitante à alínea e).

4. Assim e com este enquadramento, traz-se o assunto à superior consideração de V.ª Ex.ª, em vista do seu eventual encaminhamento para reunião da Câmara Municipal e daí, em caso de deliberação favorável daquele órgão, para a Assembleia Municipal, com idêntica finalidade, tudo conforme n.º 2. do artigo 64.º, acima citado.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. Documento a remeter à Assembleia Municipal.

B)PROCEDIMENTO CONCURSAL / TÉCNICO SUPERIOR (EDUCADOR DE INFÂNCIA) – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Intervio de novo a senhora Presidente submetendo à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto em epígrafe e compulsados os vários elementos relevantes, designadamente as comunicações n.ºs. 5450/2014 do Chefe da DCDJ e 5659 do Serviço de Pessoal, cabe acrescer ainda o que segue:

1. A prorrogação de procedimentos concursais com os fundamentos invocados na comunicação do Chefe da DCDJ é possibilidade expressamente prevista na lei, tal como informado pelo Serviço de Pessoal.
2. A renovação do prazo para conclusão de procedimentos concursais pendentes, dependerá da verificação de cumprimento de requisitos substantivos, mormente quanto ao cumprimento das obrigações municipais em matéria de redução de pessoal e de prestação das informações devidas no âmbito do SIAL, as quais se mostram satisfeitas nesta altura.
3. Deste modo, a prorrogação do prazo para conclusão deste procedimento dependerá da intervenção deliberativa favorável e cumulativa, das Exm.ªs. Câmara e Assembleia Municipais, ao abrigo do disposto no artigo 64.º. da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2014.
4. Deste modo e com o precedente enquadramento, traz-se o assunto à superior consideração de V.ª Ex.ª, para as finalidades que tenha por ajustadas.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. Documento a remeter à Assembleia Municipal.

C)CONTRATO DE TRABALHO A TERMO RESOLUTIVO CERTO – JOSÉ PEDRO NOGUEIRA DOS SANTOS/JOÃO PAULO FRETES FREIXO – RENOVAÇÃO PELO PERIODO DE UM ANO

Ainda a senhora Presidente submeteu à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“1. O Chefe da Divisão de Obras Águas e Saneamento veio propor a renovação, pelo período de um ano, dos contratos de trabalho a termo resolutivo certo celebrados com José Pedro Nogueira dos Santos e João Paulo Fretes Freixo, pelas razões constante da sua comunicação n.º 2/2014.

2. Por outro lado, a DAGF informou da disponibilidade de verbas em orçamento, capazes de suportar esta renovação contratual.

3. Em matéria de cumprimento das metas de redução de pessoal, aferida pelo diferencial entre o número de trabalhadores registado em 31 de Dezembro de 2013 e o número atual, constatamos que essa diferença é de menos seis trabalhadores, o que corresponde ao patamar mínimo de redução imposto por lei.

4. Finalmente, foi-nos também notificado pela ANMP o conteúdo do acordo celebrado entre aquela Associação de municípios e o governo, de acordo com o qual (ponto 22.) estará dispensada a consulta prévia ao INA destinada a obter informação quanto à existência de trabalhadores em situação de requalificação profissional, antes do desenvolvimento das operações de recrutamento.

5. Deste modo, reunidos os requisitos estabelecidos por lei para o recrutamento e em especial as razões de excecionalidade, fundadas na imprescindibilidade do recrutamento, tal como previstas no art.º 55.º da Lei do Orçamento do Estado para 2014, cabe à Exm.ª Câmara Municipal deliberar sobre a matéria, decidindo sobre a continuação ou não de tais trabalhadores ao serviço, pelo período de tempo proposto.

6. Trago pois o assunto à superior consideração de V.ª Ex.ª, em vista do seu encaminhamento para a reunião daquele órgão.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

D)PRÉDIO URBANO / ALIENAÇÃO / DIREITO DE PREFERÊNCIA

Finalmente a senhora Presidente submeteu à consideração do executivo a proposta que abaixo se transcreve:

“1. Pia Maria Kramer, na qualidade de proprietária do prédio urbano sito na Rua de Santo António, n.º 27, nesta cidade (inscrito na matriz predial respetiva sob o n.º 5353 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1617), veio comunicar o seu propósito de alienação do referido imóvel a favor de Duarte Nuno Barradas da Conceição Cornacho, pelo valor de 120.000,00 € (cento e vinte mil euros).

2. Os serviços da DAU procederam à avaliação do imóvel, cujo valor estimaram em 207.832,71 € (duzentos e sete mil oitocentos e trinta e dois euros e setenta e um cêntimos).

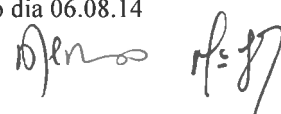
3. V.ª Ex.ª. proferiu então despacho no sentido de se elaborar proposta tendo em vista o exercício do direito de preferência a favor do Município e a consequente aquisição do prédio em causa pelo valor indicado.

4. Contudo a proprietário do mesmo imóvel veio clarificar que devido a erro havia sido indicado o valor de 120.000,00 €, quando, na verdade, a alienação será efetuada pelo montante de 200.000,00 €(duzentos mil euros).

5. Assim e com esta segunda comunicação, as questões sobre a mesa passam a ser duas e não apenas uma como anteriormente: a do exercício do direito de preferência no negócio por parte do Município e a do valor a pagar a título de preço, caso esse direito seja exigido.

6. O erro na declaração é matéria tratada em termos gerais nos art.ºs. 247.º e 248.º. Do Código Civil, de cuja disciplina emerge a clara proteção da posição do declaratório, excetuo quando conhecesse ou não devesse ignorar a essencialidade para o declarante do elemento sobre que incidiu o erro.

7. Deste modo, não se afigurando que neste caso ocorra ou devesse ocorrer esse conhecimento do carácter essencial do elemento sobre que incidiu o erro na declaração, por parte do declaratório, estará o Município em posição de aceitar ou recusar esta nova declaração de vontade e de se pronunciar quanto ao exercício ou não do direito de preferência de que é titular,



aceitando o agora declarado valor de 200.000,00 € ou considerando o primitivo valor de 120.000,00 €.

Sobre o assunto e sem prejuízo de melhor opinião, é o que me cumpre informar.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não exercer o direito de preferência, no projetado negócio de compra e venda entre Duarte Nuno Barradas da Conceição Cornacho e Pia Maria Kramer, por inexistir interesse Municipal no mesmo.

7. PROPOSTAS DE ATAS Nº14 DE 09/07/14 E Nº15 DE 23/07/14

PROPOSTA DE ATA NÚMERO CATORZE, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

PROPOSTA DE ATA NÚMERO QUINZE, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E CATORZE

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

8. ATENDIMENTO DE MUNICIPES

Neste ponto da ordem de trabalhos, não compareceram quaisquer munícipes interessados em colocar questões.

Aprovação da ata em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e duas horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Maria José Mira Imaginário, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

